



# Perspectivas de investigación

## Arquivos, documentos e história: o direito a memória

**Marilda Santana da Silva**

Universidade Federal de Minas Gerais,  
Departamento de História  
Brasil · marota1500@yahoo.com.br

**Resumo:** Esta comunicação apresenta alguns desdobramentos das minhas pesquisas acadêmicas, desenvolvidas desde de 2011, como membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa intitulado Gênese Documental Arquivística, cadastrado na UFF, e na Plataforma Lattes/CNPq/Grupo de Pesquisa do Brasil, coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues. O texto tem como perspectiva analítica inferir sobre o uso de documentos em arquivos públicos no Brasil e suas interfaces com a história e a memória coletiva. A perspectiva teórica deste texto considera a palavra documento, e o uso do mesmo, em sentido mais alargado, ou seja, não apenas como essencial para a escrita da história, ou no sentido de monumento e prova jurídica, bem como o seu resignificado ao longo do século XIX no desenvolvimento da arquivologia científica, mas também como artefato da memória coletiva. As mudanças epistemológicas da palavra documento serão brevemente analisadas no século XVIII, com o advento do movimento do Iluminismo, ocorrido no ocidente europeu, e posteriormente no século XIX, com o predomínio da Escola Metódica (Positivista) em voga na Europa. Por fim, há algumas considerações sobre a organização e uso de documentos de instituições privadas e pessoais, de caráter permanente (históricos), que estão sob a custódia de instituições públicas brasileira.

**Palavras-chave:** Arquivo; Brasil; História; Documento; Memória.

**Abstract:** This communication has as analytical perspective, inferences about the use of documents of Brazilian Public Archives and its interfaces with the History and collective memory. The theoretical perspective of this paper considers the word "Document" as a whole, not just as essential to the writing of History, or in the sense of legal proof, but its significance for the development of Archivology, as part of the collective memory. The epistemological changes the word document are briefly analyzed in the eighteenth century, with the advent of the Enlightenment Movement, occurred in western Europe, and later in the nineteenth century, with the predominance of Methodical School (Positivist) in Europe. Finally, considerations are made about the organization and use of private institutions and private documents, which are in the custody of Brazilian public institutions.

**Keywords:** Archive; Brazil; Document; Memory.

## O documento e a construção da memória coletiva<sup>1</sup>

É emblemática a afirmação de Le Goff (1977) ao ressaltar que o conhecimento do passado não é possível se não houver vestígios, traços, monumentos, artefatos, ou suportes da memória coletiva. A escrita da história na sua forma científica se aplica a dois tipos de materiais: os documentos, escolha do historiador, e os monumentos, herança do passado, ou tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação e os atos comemorativos. O monumento tem uma ligação com o poder constituído e busca perpetuá-lo voluntária ou involutariamente, sendo um legado da memória coletiva das sociedades históricas. O documento possui o valor de prova, sendo divulgado na linguagem jurídica francesa desde o século XVII, passando no século XIX a ser visto como testemunho histórico. Assim, no oitocentos com o domínio da escola positivista pode-se falar no triunfo do documento sob o monumento, e a partir deste século “todo historiador profissional é ciente que é indispensável o recurso ao documento na escrita da história” (p. 485-489).

No final do século XVII, quando Don Jean Maillon publicou, em 1681, o *De re Diplomatica* sendo o fundamento da história científica, o documento ainda era visto como monumento. Porém, no início do século XVIII, o documento passou a ser utilizado cada vez mais como prova. A partir de meados do século XVIII, quando o inspetor-geral das finanças do rei da França criou um depósito-geral de Direito Público e de História, o futuro Cabinet des Chartres, o termo documento passou definitivamente a ser visto como prova jurídica, bem como instrumento e testemunho da memória coletiva e da história. Segundo Le Goff (1977) é a partir das interlocuções entre os documentos e a memória coletiva que se realiza a escrita da história. Como qualquer outra área da ciência esta escrita não é imutável sofre inflexões, sendo sempre construída e reconstruída.

As mudanças epistemológicas na concepção do documento como monumento passaram a ser mais sistematicamente questionadas no universo mental do continente europeu no século XVIII. Segundo Falcon (1986) a Europa, ao longo do século XVIII assistiu a uma intensa transformação social e mental. Impregnados por um sentimento de inovação que se projetava sobre todas as ordens das coisas estabelecidas, os literatos, juristas, historiadores e ideólogos setecentistas manifestaram um sentimento de “humanismo renovado”, no qual o espírito humano aparecia como principal e quase único ator histórico. Buscava-se submeter ao livre-exame sobre todas as instâncias da vida – a religião, a política, a filosofia, o homem e a sociedade, a natureza moral e material –, estabelecendo novas fronteiras do conhecimento, subordinado-o ao império da razão. A partir da segunda metade do século XVIII, este movimento conhecido como Iluminismo, passou a ser um processo histórico concreto e repercutiu em grande parte do ocidente europeu. “O período foi marcado por um vasto movimento de idéias, que apregoava a secularização da sociedade, o racionalismo, o pragmatismo e o enciclopedismo. Estas idéias serviram como base teórica da queda do Antigo Regime europeu, sendo propulsoras da Revolução Francesa, ocorrida em 1789”

(p. 12-19).

Maxwell (1996) ressaltou que o Iluminismo, ocorrido em Portugal na segunda metade do século XVIII, assumiu características muito peculiares. “Além do debate filosófico, que foi característico da Europa católica nesse período, havia uma importante corrente de pensamento específica de Portugal. Era um conjunto de idéias sobre governo, economia e diplomacia, que surgiu na primeira metade do século XVIII, em um grupo pequeno, mas influente, de representantes ultramarinos e ministros do governo de Portugal” (p. 14). Foi, portanto, sob o signo do distanciamento da pátria, que os primeiros ilustrados portugueses setecentistas emitiram suas visões sobre a situação de Portugal no contexto internacional de fermentação das novas idéias e avanços científicos e elaboraram propostas reformistas norteadas pela óptica

<sup>1</sup> Este texto, com inúmeras alterações, representa alguns desdobramentos do capítulo denominado Arquivos, Arquivologia e Documentos: interfaces da História, escrito pela minha pessoa, publicado em 2013 na cidade de Fortaleza-CE. O capítulo compõe o livro intitulado História, Arquivos & Mídias Digitais, organizado pelas Profas Dras. Marilda Santana da Silva e Ana Célia Rodrigues.

da necessidade de uma reforma global da sociedade lusitana, à luz do processo europeu.

De acordo com Bellotto (2014) “na segunda metade do século XVIII, a diplomática luso-brasileira já passou a ser considerada importante para a abordagem historiográfica e para a arquivística, que passou a estudar os aspectos formais do documento, bem como a natureza jurídica para a identificação e avaliação da verdadeira natureza do documento” (p. 390-394). Ainda segundo Bellotto, a diplomática é o ramo das ciências documentárias que se ocupa de atos escritos públicos, das formas que lhes conferem validade legal, excluindo assim as fontes narrativas. A diplomática analisa o interior do documento e a sua construção, ou seja, ocupa-se do estudo da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial (p. 350-364).

Na Europa no início do século XIX a arquivística passou a ser vista como ciência e ocorreu uma mudança significativa nos métodos de administração dos arquivos, que levaram a transformar radicalmente as suas teorias arquivísticas. De acordo com Reis (2006), os arquivos europeus criados no século XIX no seio da História Positivista eram fortemente ligados à diplomática. Segundo Guimarães (1988), foi a partir do século XIX, com a predominância da historiografia positivista influenciada pelas idéias francesas e alemãs fundamentadas em Comte, Taine, Buckle e Agassiz, e a valorização incansável do método da verificação documental pela fonte e/ou documento, depositadas em arquivos, que as instituições arquivísticas foram consideradas as verdadeiras instituições para a escrita da história científica.

Segundo Mastropierro (2008) no século XIX a arquivística, a diplomática e a paleografia foram consideradas ciências auxiliares da história. Os seus alicerces teóricos e metodológicos forneciam os subsídios para a análise da autenticidade e da veracidade do documento, sendo estas as premissas básicas na construção da história no oitocentos. A rotina dos arquivos públicos europeus no século XIX foi transformada, quando os arquivos passaram a ser um espaço privilegiado para a escrita da história. Os historiadores passaram a utilizar os arquivos como espaço sagrado ou nas palavras de Maria Mastropierro, como “laboratório da história” (p. 235-237), na construção das suas narrativas históricas. A pesquisa e transcrição dos documentos, até então considerados como monumentos, em arquivos públicos europeus passaram, então, a ser imprescindível para redimir as dúvidas e erros factuais, quando buscava-se incessantemente evitar as imprecisões históricas. Dessa forma, constatou-se que os arquivos constituem a memória das instituições, das pessoas, de um povo e de uma nação.

No Brasil, segundo Bacellar (2008), na primeira metade do século XIX, após a independência da Coroa portuguesa e no período da regência foi criado, em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) na cidade do Rio de Janeiro. A criação do IHGB tinha o objetivo de recolher, preservar, pesquisar e divulgar os documentos institucionais na busca de escrever uma História Nacional, recém-saída da situação colonial. Ou seja, buscava-se construir uma versão da história e da memória do passado colonial brasileiro. “Neste mesmo ano (1838), surgiu o Arquivo Público do Império e os primeiros arquivos provinciais, que passaram a recolher de maneira pouco sistemática acervos documentais, que remontava ao período colonial” (p. 45). Posteriormente, em 1889, com a Proclamação da República o Arquivo Público do Império foi transformado no Arquivo Público Nacional.

Assim, os arquivos públicos brasileiros como os seus congêneres no continente americano e europeu, foram criados com a função primordial de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originários da área governamental. Buscava-se atender fundamentalmente na sua primeira fase (idade corrente) às necessidades da administração. Isto é, os arquivos tinham o objetivo de organizar os documentos de cada uma das unidades da escala hierárquica de uma instituição ou de um nível específico da administração. O que determinava a organização interna do arquivo na sua fase corrente era a obediência ao tipo documental, que determinava a função de cada documento.

Herrera (2009) declarou que a *archivistica* como ciência surgiu apenas no século XIX com o nome *archivologia* e teve um caráter fortemente historicista. Naquele

momento, apesar da arquivologia estudar a natureza dos arquivos, os princípios de sua conservação e organização, bem como a divulgação, as teorias mais específicas sobre gestão documental ainda eram incipientes. O documento e não os arquivos ocupava a atenção dos profissionais da área.

Segundo esta perspectiva, é sabido que a origem teórica do respeito a ordem do documento, isto é, a respeito da procedência do documento, remonta a década de 40 do século XIX. Segundo as informações contidas em Bellotto (2004)

No ano de 1841 desenvolveu-se a teoria de fundos, que buscava atender aos arquivos ministeriais, departamentais e comunais da França, estabelecendo que era necessário descartar os esquemas classificatórios temáticos e cronológicos. Esta teoria foi amplamente aceita pela comunidade arquivística mundial. A teoria foi referenciada em 1898 no Manual dos Arquivistas holandeses, que reconheceu o princípio teórico da proveniência. Em 1912, Waldo Leland (Iowa, EUA), também acolheu esta teoria considerando-a clara e irrefutável. O princípio declarava que cada órgão oficial é uma unidade administrativa e seus documentos formam um grupo homogêneo, que reflete as suas atividades. Esta teoria é conhecida nos países da América do Sul como fundo, o qual se divide em grupos e este em séries. O fundo em um arquivo histórico significava a garantia, o testemunho e o valor da prova do organismo acumulador da documentação, sendo o mesmo indivisível e inter-relacionado com as ações do seu criador. Assim, o vínculo original documento era primordial e necessário para determinar as competências e as atividades que os geraram e que guardavam relações orgânicas entre si. O respeito à preservação dos fatos evidenciados pelo documento na sua integridade traduzia a conexão arquivística com o seu vínculo original. (p. 164).

O quadro atual dos estudos do campo da arquivística é bastante complexo. Estamos vivenciando a emergência de novas e variadas dimensões teóricas e metodológicas que buscam redimensionar e reestruturar os espaços científicos, sociológicos, tecnológicos e sociais da área. Segundo o Conselho Internacional de Arquivo (CIA), criado em 1950, após o término da Segunda Guerra Mundial, descrição arquivística significa criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informações que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o conteúdo e sistemas que o produziam. O documento arquivístico é, portanto, um documento em qualquer forma ou suporte, produzido e recebido e mantido por uma organização e pessoa no curso de suas atividades ou negócios. Isto é, qualquer entidade, coletiva, familiar ou pessoal que produziu, acumulou e ou manteve documentos no curso de suas atividades pessoal ou corporativa.

Os documentos, de suportes variados, são considerados como alicerces primordiais na escrita da história científica e o arquivo é a instituição que fornece a condição básica para o desenvolvimento do trabalho do historiador. Cabe ao historiador, após o devido recorte temático e cronológico da sua pesquisa, e de acordo com as suas hipóteses, problemáticas, opções teóricas e metodológicas de trabalho, primeiramente selecionar a instituição (arquivo público ou privado) para iniciar a sua pesquisa e, posteriormente, conhecer com precisão os fundos, grupos e séries documentais, que possibilitam desenvolver com acuidade a escrita da história.

### **Arquivos permanentes e a escrita da história**

Duranti (1994) ressaltou que após a década de 1940 as premissas básicas da arquivologia já haviam sido formuladas e já tinham sido bastante debatidas entre os arquivistas. Uma destas premissas tratava-se do respeito da preservação dos fatos intrínsecos dos documentos, ou seja, o que eram evidenciados pelos mesmos. Para isto, a preservação de integridade física e intelectual do documento era fundamental, bem como o respeito pela sua ordem, que garantia a própria integridade do ato administrativo. Apenas desta forma o documento poderia servir como evidência e garantia da responsabilidade administrativa, legal e histórica. (p. 49-64).

Segundo Scellemborg (1959), um arquivo permanente ou histórico, ou mesmo conhecido como arquivo final, é formado por documentos produzidos há mais de 25 ou 30 anos, portanto esta "idade histórica" passa pelos vários órgãos da administração



de um mesmo nível, seja municipal, estadual ou federal. Esses documentos, dentro de seus níveis administrativos, guardam entre si relações orgânicas que devem ser obrigatoriamente respeitadas. No âmbito do arquivo permanente a estrutura orgânica fundamental do arquivo é fixada pela ordenação internas dos fundos, que obedece à tipologia documental, isto é, a função que determina a origem do documento. Os documentos de um fundo específico são ordenados em grupos ou seções e em séries. É incorreta a justaposição de documentos de fundos diferentes na organização ou na operação do “arranjo” do arquivo permanente.

Dessa forma, o fundo arquivístico relaciona-se ao próprio órgão que acumulou os documentos, sendo gerados, recebidos ou acumulados por pessoas jurídicas ou físicos necessários a sua criação, constituição, funcionamento e ao exercício pleno das suas atividades que justifica a existência da entidade, sendo necessário para que os documentos sejam constituintes de um fundo que a entidade acumuladora seja administrativa e juridicamente consolidada. Assim, como bem destacou Bellotto (2004) o fundo trata-se de um conjunto de documento orgânico, podendo ser aberto ou fechado. “Nos casos em que ainda ocorra a acumulação da documentação com validade administrativa e jurídica do órgão produtor, o fundo é aberto. O fundo é classificado como fechado quando a entidade produtora já encerrou as suas atividades” (p.165).

Com relação à proteção dos documentos de arquivos e mais precisamente a proteção do próprio arquivo contra roubo de documentos ou sequestro de fundos e séries documentais, sendo esta uma prática corriqueira em períodos de guerras entre países ao longo da história da humanidade, ainda segundo Bellotto (2004), no século XX “na Convenção de Haia, ocorrida após a segunda guerra mundial (1939-1945), mais especificamente no ano de 1954, foi anunciado um acordo mundial de proteção dos bens culturais e arquivísticos contra saques e roubos em períodos de guerra. A Convenção prevê a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. No que diz respeito aos arquivos, uma série de pontos os coloca a salvo e sob proteção internacional. Nos casos mais localizados em que a apropriação não recebe do direito internacional nenhuma proteção, muitos abusos já ocorreram. É bem verdade que, frequentemente, sabe-se de ‘reintegrações’, citadas na bibliografia arquivística internacional, algumas já apresentadas ao público, até com grande pompa, como se viu em 1984, quando foram devolvidos à Alemanha documentos confiscados pelos aliados no fim da II Guerra Mundial” (p.169).

Torna-se importante ressaltar que no Brasil, foi na década de 50 do século XX, que se iniciou no Arquivo Nacional o projeto da implementação de um sistema arquivístico composto por normas voltadas para arquivos públicos e privados do país. A implementação das normas do sistema arquivístico brasileiro foram influenciadas pelas diretrizes norteadora do Conselho Internacional de Arquivo (CIA), criado em 1950, após o término da Segunda Guerra Mundial, que considerou que a descrição arquivística significava a criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que fossem, pela apreensão, análise, organização e registro de informações, que servem para identificar, gerir, localizar e explicar os materiais arquivísticos e o conteúdo e sistemas que o produziam.

Segundo Jardim (1998), posteriormente à década de 50 do século XX, foram elaborados três projetos do Sistema Nacional de Arquivos nos anos de 1962, 1978 e 1993, respectivamente. Os projetos de 1962 e 1978 não foram implementados, apenas o de 1993 foi reconhecido, em junho de 1994, em Decreto da Presidência da República sendo posteriormente alterado pelo Decreto de 25 de abril de 1995.

De acordo com as disposições sobre a normalização arquivística disponíveis no Arquivo Nacional (1995), o foro brasileiro nacional que organizou o processo de normalização arquivística é o CONARQ. Este Conselho foi criado como a Lei no 8.159, sendo aprovada em 1991, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, que é um órgão coordenador do Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Este órgão reúne as informações sobre as diferentes formas de tratamento que os arquivos brasileiros necessitam, promovendo ao máximo as discussões das normas internacionais e o debate para criar dispositivos para a organização de acervos documentais de

naturezas distintas. O CONARQ define o arquivamento como uma sequência de operações que visam à guarda ordenada de documentos nas fases corrente, intermediária e permanente. Esta concepção está relacionada ao acesso físico do documento, seu arranjo e disposição nas estantes, fichas, gavetas etc.

Segundo alguns preceitos ressaltados por Paes (2005), com relação à organização de documentos nos arquivos permanentes, considera-se que as operações intelectuais do arquivista compreendem a análise dos documentos quanto a sua origem funcional, forma e conteúdo; e as operações físicas referem-se ao acondicionamento dos suportes documentais em locais apropriados e a identificar dos mesmos para definir sua disposição. O estudo das funções, atividades e da estrutura da organização produzirá um quadro de arranjo, que o auxiliará nas atividades intelectuais e físicas na organização dos fundos dos documentos na fase do arquivo histórico ou permanente.

Conforme Jardim (1987), o conceito de 'sistema de arquivos' é muito utilizado na literatura internacional, sendo contemplado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) da seguinte maneira: "a gestão de documentos diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca da economia fictícia na produção, manutenção, uso e distinção final dos mesmos documentos" (p. 59).

O conceito sistema de arquivos também é frequente entre os arquivistas no Brasil. Este fato deve a própria legislação brasileira (Lei No 8.159, de 8 de janeiro de 1991) do Conselho Nacional de Arquivos/Conarq (1991), que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, especialmente quando determina no Capítulo I, Disposições Gerais, que:

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art 2º Consideram-se arquivos, para fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art 3º Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art 4º Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilos seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art 5º A Administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma da lei.

Art 6º Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

Portanto, de acordo com os seis artigos descritos acima, podemos inferir que o documento arquivístico é um documento em qualquer forma ou suporte, produzido e recebido e mantido por uma organização pública ou privada no curso de suas atividades ou negócios. Isto é, que produziu, acumulou e ou manteve documentos no curso de suas atividades. Segundo os princípios da arquivologia contemporânea, todo e qualquer método arquivístico é realizado tendo como base estas premissas. Estas premissas diferem, por exemplo, um documento de arquivo do documento de uma biblioteca, museu ou centro de documentação. Para a arquivologia é fundamental compreender um documento arquivístico pela evidência que este comprova. Isto compreende que, em um primeiro momento, haja precaução contra a deterioração e danos aos documentos e, em segundo momento, e talvez seja o maior desafio, que haja a preservação dos documentos arquivísticos.

O acesso aos documentos, sua identificação e sua localização, ou seja, a recuperação da informação é importante, mas isto ocorre apenas a partir do momento em que a preservação física e intelectual foi assegurada. A operacionalização da gestão de documentos, isto é, a organização interna do trabalho, conta muito nos resultados obtidos. Segundo Bellotto (1991), “por trás das metodologias escolhidas e das normas implantadas seja no tratamento de documentos “tradicionais” ou “eletrônicos”, tais atividades ocorrem primeiramente em identificar a idade documentária” (p. 10).

Como ressaltou Rodrigues (2013) “os arquivos são órgãos prestadores de serviços de informação. Não é suficiente apenas organizar os conjuntos de documentos sob a custódia do arquivo, mas é fundamental recuperar as informações que estão contidas nos documentos. O acesso ao acervo, finalidades dos arquivos, só é possível através de instrumentos de pesquisa” (p. 123). É através dos instrumentos de pesquisas como os guias mais gerais e os inventários analíticos que os historiadores podem acessar as informações contidas nos fundos documentais dos arquivos permanentes públicos ou privados brasileiros.

No que diz respeito às políticas públicas de arquivos permanentes a elaboração de guias, inventários, catálogos, índices e repertórios tem que ser realizados por arquivistas experientes e ser uma diretriz permanente dos arquivos de custódia, ou os permanentes. São estes instrumentos de descrição dos fundos, grupos, seções e séries documentais que possibilitam o desenvolvimento da pesquisa do historiador. Ou seja, a narrativa e a construção analítica da história, com os devidos processos de permanências, mudanças e rupturas, inerente ao conhecimento científico, só é possível com o acesso aos instrumentos de descrição documental dos fundos arquivísticos de forma clara, orgânica e precisa.

Os documentos de tipologias diversas, seja de arquivos públicos, privados, eclesiásticos ou do poder judiciário, são transformadas em fontes para os historiadores na construção de suas narrativas históricas. Esta apropriação dos documentos transformando-os em fontes sempre exigiu exercícios de erudição. Mas, na atualidade, após o declínio da história positivista do século XIX e historicista das primeiras décadas do século XX, sabe-se que a pretensão de se aproximar de uma verdade histórica na construção do passado deve ser sempre relativizada, pois como bem ressaltou Pinsky (2008) “os documentos (fontes) têm sua própria historicidade: documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir” (p. 7).

Como foi bem lembrado por Bellotto (2014), “os primeiros documentos escritos surgiram não com a finalidade de que, posteriormente, se fizesse a história, mas com objetivos jurídicos, funcionais e administrativos, documentos que o tempo tornariam históricos. Partindo-se dos mais rudimentares repertórios e de inventários os mais antigos, atingindo-se à precisão e a cientificidade do século XIX, até a racionalização, funcionalidade, em alguns casos, a sofisticação de nossos dias, os instrumentos de pesquisa têm percorrido, *pari pasu*, os caminhos da historiografia” (p. 291-292).

O quadro atual no campo da historiografia brasileira é abrangente e complexo, mas já há muito tempo que existe o consenso entre os historiadores que sem documentos não há a escrita da história. Karnal e Tatsch (2012) lembraram que “o documento é a pedra fundamental do pensamento histórico. A categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude da sua busca” (p. 10.). Assim, as políticas públicas dos arquivos permanentes ou históricos no Brasil tem que ser bem direcionadas, tanto a nível nacional, como regionais e locais. O avanço na organização de fundos de arquivos públicos no Brasil, seguindo os critérios científicos da arquivologia, tem se efetivado ao longo das últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI. Acreditamos que isto deve-se também aos desdobramentos da política arquivística adotada ainda na década de 50 do século XX, que buscava seguir os preceitos estabelecidos pelo Conselho Internacional de Arquivo (CIA), criado em 1950, após o término da Segunda Guerra Mundial. Este Conselho definiu que a descrição arquivística significa criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informações que sirva para identificar,

gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o conteúdo e sistemas que o produziam.

Como os arquivos são o patrimônio cultural de uma nação, sendo um dos “lugares de memória” da sociedade institucionalizada, o avanço na descrição arquivística dos documentos dos arquivos públicos brasileiro é muito salutar, pois o arquivo como instituição, além de ser o exemplo das variadas formas de organização do passado histórico, isto é, dos tempos pretéritos, são também registros e testemunhos das próprias instituições públicas brasileiras, das suas atribuições e competências ao longo da sua existência e funcionamento.

E a organização correta dos documentos de arquivos, sobretudo do arquivo permanente, conhecido como histórico, que possibilita a escrita da história científica, sendo também um dos espaços de consolidação da memória coletiva. A noção ou premissa sobre a memória coletiva, guardadas as suas devidas proporções, foi desenvolvida segundo o filósofo francês Ricœur (2007) pelo historiador Pierre Nora no clássico artigo intitulado ‘Entre Memória e História’, publicado em 1984, no qual “Nora declara que o historiador deve se posicionar com relação ao tempo e a memória, captados segundo a uma situação específica, ou seja, não atrelada apenas aos fatos e aos acontecimentos, mas também ligada à problemática das instituições e dos lugares de memória” (p. 412).

A memória coletiva é algo vivido e compartilhado por um grupo social numa dada sociedade, ou mesmo por indivíduos de uma determinada geração, que se guiam pelos marcos dos acontecimentos circunscritos no tempo histórico, sendo também formada pelos movimentos sociais. Assim, a memória coletiva também é memória histórica. Como a própria história a memória coletiva é fluida, sendo sempre construída e reconstruída. Sabe-se que não existe história e memória imutáveis e desde os postulados científicos desenvolvidos no âmbito da história positivista e historicista do século XIX sabe-se que não se faz a escrita da história sem documentos, apesar da compreensão acerca do documento ter se alargado e multiplicado ao longo do século XX.

No caso dos arquivos públicos brasileiro, os mesmos têm a função primordial de servir a sociedade, de atender o direito à informação, resguardado pela Constituição do Brasil de 1988. Segundo Bellotto (2014), “a Constituição de 1988 assegurou o direito do *habes data*, que é o reconhecimento de que qualquer cidadão tem pleno direito de acessar as informações sobre si mesmo, seja ele de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário e econômico. Este direito foi assegurado novamente na lei brasileira de arquivos (Lei no 8.159, de janeiro de 1991) numa forma mais abrangente no artigo 4º do capítulo I e no artigo 24 do capítulo V” (p. 309).

Esta lei foi recentemente ampliada e assegurada pela Lei de Acesso à Informação, promulgada como a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, pela Presidência da República. Ou seja, a recente promulgada Lei de Acesso à Informação, obriga os arquivos públicos a servir e auxiliar o cidadão comum, quando o mesmo recorre ao arquivo público, na busca de documentos que assegure os seus direitos, além é claro de ter que atender com eficiência e presteza o pesquisador, o advogado, o cientista social, o historiador etc.

Os arquivos privados e arquivos pessoais, por sua vez, são originários de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, tendo que seguir as mesmas premissas na descrição dos documentos consolidados pela arquivologia. Bellotto (2004) caracterizou o arquivo privado da seguinte forma:

- Origem por razões funcionais, jurídicas, administrativas, profissionais ou pessoais, razões que o identificam como documento de arquivo dentro das atividades de instituições não governamentais ou de pessoas físicas.
- Tipologia ou suporte diversos.
- Unicidade – está isolado porque perdido de um grupo, núcleo ou série original; acha-se alienado ou constituindo conjuntos não-orgânico, isto é, coleções.
- Término dos prazos de utilização ligada a cada uma das razões estipuladas no primeiro item.



- Alienação de outros documentos que com ele formariam conjuntos significativos como organicidade/fluxo de origem privado (arquivos privados).
- Pouco valor arquivístico, embora possa ter densidade informacional e peso considerável para a pesquisa histórica.
- Se incorporado a um acervo arquivístico de forma isolada, não dentro de conjuntos orgânicos, para efeitos de arranjo integrará coleções, dossiês ou série miscelâneas, diversos ou avulsos, conforme for o caso de sua origem (se detectáveis); isto, se esgotadas as possibilidades de identificação como elemento de um fundo privado orgânico, já estabelecido e constituído. Se houver a identificação, deve ser integrado a seu meio original.
- Se incorporado a um acervo arquivístico para efeito de descrição, o será dentro do segmento a que for incorporado (coleções, avulsos etc.), recebendo, porém, tratamento unitário quase que obrigatório, pois dificilmente poderá ser descrito em grupo, a não ser que realmente se trate de um conjunto indivisível e constitua, por si, um documento completo como tal.
- Se integrado a uma acervo arquivístico, no momento da transferência da informação, e só neste caso, será tratado de maneira absolutamente igual à dos demais documentos, isto é, aos não isolados e que constituem propriamente "fundos de Arquivo". A análise documental e a indexação, como meio de informação e de origem, preocupando-se exclusivamente com conteúdos transformáveis em descritores. (2004, p. 250-251).

Sabe-se que os arquivos de instituições privadas ou arquivos pessoais como de estadistas, literatos, políticos, artistas plásticos, cientistas etc, uma vez doados às instituições públicas, como por exemplo, centros de documentação, bibliotecas e arquivos devem ter o mesmo tratamento técnico utilizado nos arquivos públicos e ao alcançar a terceira idade (histórico) deverão ser abertos para à consulta pública. Talvez, o mais relevante a ser ressaltado, é que os documentos provenientes destes fundos documentais (acervos pessoais) podem fornecer novas possibilidades de interpretação histórica no âmbito da "História Social", atualmente, tão em voga entre os historiadores profissionais.

### Referências bibliográficas

- Arquivo Nacional. 1995. *Gestão de Documentos; conceitos e procedimentos básicos*. Rio de Janeiro. Publicações Técnicas (47).
- Associação dos Arquivistas Holandeses. (1973). *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Bacellar, Carlos**. 2008. Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos. *Fontes Históricas*, p. 23-79. São Paulo: Contexto.
- Bellotto, Heloisa Liberalli**. 1982. Tipologia documental em arquivística. In: *Revista do Arquivo Municipal*, p.9-17, n.195. São Paulo.
- Bellotto, Heloisa Liberalli, Camargo, Ana Maria**. 1996. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. (Núcleo Regional de São Paulo).
- Bellotto, Heloisa Liberalli**. 2004. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV.
- Conselho Nacional de Arquivos. 1991. *Arquivo Nacional. Leis e Decretos-Leis. Lei No 8.159, de 08 de janeiro de 1991*. Site: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm/infoid/100/sid/52>.
- Conselho Internacional de Arquivos. 2001. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Paris: CIA, 1984.
- Couture, C, Rousseaul, J**. 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Derrida, Jacques**. 2001. *Mal de arquivo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. 2005. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

**Dollar, Charles M.** 1994. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. In: *Acervo*, p. 3-38, v. 7, n. 12, jan/dez.

**Duchain, Michel.** 1986. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos". In: *Arquivo e Administração*, p. 14-33, v. 10-14, n. 1.

**Duranti, L.** 1994. Registro documental contemporâneo como prova de ação. In: *Estudos Históricos*, p. 49-64, v. 7, n. 13.

**Falcon, Francisco José Calazans.** 1982. *A época pombalina; política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ed. Ática.

**Falcon, Francisco José Calazans.** 1986. *Iluminismo*. São Paulo: Ed. Ática.

**Farge, Arlette.** 2009. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp.

**Fonseca, Vítor Manoel Marques da.** 1999. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: *Anais eletrônicos*. Site: <http://www.arquivonacional.gov.br>.

**Gonçalves, Janice.** 1998. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado.

**Herrera, Antonia Heredia.** 1991. *Classificación y ordenación*. In: *Archivística*, p. 106-123. Lima: Pontificia Universidade Católica del Peru.

**Herrera, Antonia Heredia.** 1998. La investigacion archivística. In: *Congresso Brasileiro de Arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo).

**Janotti Maria de Lourdes.** 2008. O livro Fontes históricas como fonte. In: *Fontes Históricas*, p. 9-22, 2ª ed. São Paulo: Contexto.

**Jardim, José Maria.** 1987. O conceito e a prática da gestão de documentos. In: *Acervo*, p. 35-42, v. 2. Rio de Janeiro

**Jardim, José Maria.** 1994. *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da Escola de Comunicação da Universidade do Rio de Janeiro.

**Jardim, José Maria.** 1998. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: *Ciência da Informação*, v. 27, n. 3. Brasília-DF.

**Le Goff, Jacques.** 2013. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp.

**Karnal, Leandro; Tatsch, Flavia Galli.** 2012. A memória evanescente. In: *O Historiador e suas fontes*, p. 9-27. São Paulo: Contexto.

**Langlois, Seignobos.** 1946. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença.

**Marques, Amélia.** 2007 *Arquivos nas Ciências da Informação. Origem histórica dos arquivos*. Site: <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-Historia/33326/#ixzz2ghc9equ9>.

**Mastropierro, María Del Carmem.** 2008. *Archivos Públicos*. Buenos Aires: Alfagrama.

**Maxwell, Kenneth.** 1996. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

**Negreiros, Leandro Ribeiro, Dias Eduardo José Wense.** 2008. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. In: *Perspectiva da Ciência da Informação*. v.13, n.3 set./dez. Belo Horizonte.

**Paes, Marilena Leite.** 1987. Arquivos correntes, o calcanhar de Aquiles da Arquivologia. In: *Acervo*. v. 2, n. 1, jan./jun. Rio de Janeiro.

**Paes, Marilena Leite.** 2005. *Arquivo: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV.

**Pinsky, Carla Bassanezi.** 2008. Apresentação. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.

**Reis, Luís.** 2006. O arquivo e a arquivística evolução histórica. In: *Biblios*, ano 7, no 24, abr-jun. Site: <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-Historia/33326/#ixzz2ghc9equ9>.

**Ricœur, Paul.** 2007. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp.

**Rodrigues, Ana Célia.** 2013. Os Arquivos e o Direito à Informação. In: *História, Arquivos e Mídias Digitais*, p. 13-30. Fortaleza: Expressão Gráfica.

**Rousseau, Jean-Yves, Couture, Carol.** 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.

**Schellenberg, T. R.** 1959. *Manual de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

**Schellenberg, T. R.** 1980. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: FGV.

**Schellenberg, T. R.** 2002. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV.